

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO
CONTRATO 023/2010

1º TERMO PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº023/2010. Termo assinado 17/12/2010. Contratante: Município de Araricá. Contratada: Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda – Epp, prorrogar até 31 de maio de 2011. Objeto elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social para o Município de Araricá nos termos do Contrato de Repasse nº 302.875-67/2009 Ministério das Cidades/Caixa.

Araricá, 17 de dezembro de 2010

FLÁVIO LUIZ FOSS

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Von Dentz

Código Identificador:7781A4BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO VALDIRENE CARPANEDA
- ME

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Contratada: Valdirene Carpaneda ME
CNPJ: 01.611.558/0001-76
Objeto: Aquisição de Materiais p/trabalhos manuais (Aglhas, Linhas, Fitas, Tecido entre outros) para a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação
Vinculados ao Pregão Presencial PMI105-2010
Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 25, 28, 33, 36, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92

Expediente:

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS

Diretoria 2010/2011

Presidente:	Vilmar Perin Zanchin – Marau
1º Vice-Presidente:	Valdir José Zasso – Alpestre
2º Vice-Presidente:	Tarcísio Zimmermann – Novo Hamburgo
3º Vice-Presidente:	Ireneu Orth – Tapera
1ª Secretária:	Gilda Maria Kirsch – Parobé
2º Secretário:	Carlos Alberto Bohn – Mato Leitão
1º Tesoureiro:	Pedro Paulo Prezzotto – Getúlio Vargas
2º Tesoureiro:	Luiz Vicente da Cunha Pires – Cachoeirinha

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Prazo de entrega: 30 dias
Valor Total: R\$ 12.827,18

Publicado por:

Vania Teresinha Rodrigues

Código Identificador:8F69D895

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO DELI MARGARIDA
ROQUE

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Contratada: Deli Margarida Roque
CNPJ: 10.767.892/0001-04
Objeto: Aquisição de Materiais p/trabalhos manuais (Aglhas, Linhas, Fitas, Tecido entre outros) para a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação
Vinculados ao Pregão Presencial PMI105-2010
Itens: 18, 19, 24, 31, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 106 e 107
Prazo de entrega: 30 dias
Valor Total: R\$ 11.649,20

Publicado por:

Vania Teresinha Rodrigues

Código Identificador:1B44ABAF

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO RECOPEL PAPELARIA
LTDA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Contratada: Recopel Papelaria Ltda
CNPJ: 01.611.558/0001-76
Objeto: Aquisição de Materiais p/trabalhos manuais (Aglhas, Linhas, Fitas, Tecido entre outros) para a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação
Vinculados ao Pregão Presencial PMI105-2010
Itens: 22, 23, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 37, 38, 55, 62, 83, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104 e 105
Prazo de entrega: 30 dias
Valor Total: R\$ 5.646,60

Publicado por:

Vania Teresinha Rodrigues

Código Identificador:B5069F65

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO ANTÔNIO ORLANDO DE
OLIVEIRA

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibirubá
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Dedetização e Desratização do Aterro Sanitário, com produtos devidamente cadastrados pela ANVISA, para atender as necessidades deste Município
Vinculados ao Pregão Presencial PMI103-2010
Prazo Início: Imediata
Duração: 12 meses
Contratada: Antônio Orlando de Oliveira
CNPJ: 09.642.217/0001-70

Valor: R\$ 800,00 mensais

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues
Código Identificador:6B408517

GABINETE DO PREFEITO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o resultado do Pregão Presencial PM105-2010, referente a Aquisição Materiais p/trabalhos manuais (Agulhas, Linhas, Fitas, Tecido entre outros) para a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação – Itens: 22, 23, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 37, 38, 55, 62, 83, 85, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104 e 105 – Empresa: Recopel Papelaria Ltda – CNPJ 01.611.558/0001-76, pelo valor de R\$ 5.646,60 / Itens: 18, 19, 24, 31, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 106 e 107 – Empresa: Deli Margarida Roque – CNPJ 10.767.892/0001-04, pelo valor de R\$ 11.649,20 / Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 25, 28, 33, 36, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91 e 92 – Empresa: Valdirene Carpaneda ME – CNPJ 93.577.427/0001-38, pelo valor de R\$ 12.827,18 – totalizando R\$ 30.122,98 (trinta mil cento e vinte e dois reais e noventa e oito centavos) que, conforme adjudicação e parecer jurídico, em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos do Decreto Municipal 3.368/09, das Leis Federais 10.520 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 28 de dezembro de 2010.

CARLOS JANDREY
Prefeito

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues
Código Identificador:C7FE51AE

GABINETE DO PREFEITO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARLOS JANDREY, Prefeito Municipal de Ibirubá, à vista dos autos ora analisados, HOMOLOGA o resultado do Pregão Presencial PMI103-2010, referente a Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Dedetização e Desratização do Aterro Sanitário, com produtos devidamente cadastrados pela ANVISA, para atender as necessidades deste Município, Item: 01- Empresa: Antônio Orlando de Oliveira - CNPJ 09.642.217/0001-70, pelo valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais que, conforme adjudicação e parecer jurídico, em perfeita legalidade, obedecidas em especial, os preceitos do Decreto Municipal 3.368/09, das Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Ibirubá-RS, 28 de dezembro de 2010.

CARLOS JANDREY
Prefeito

Publicado por:
Vania Teresinha Rodrigues
Código Identificador:32925E19

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI109-2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que às 8h30m do dia 12 de janeiro de 2011, na Sala de Reuniões da CPL, na Rua Tiradentes, 700 - Centro - Ibirubá - RS, estará reunida para recebimento das propostas relativas ao Pregão Presencial PMI109-2010, tipo menor preço, cotação por item, cujo objeto é a Aquisição de Tubos de Concreto. A fase de lances dar-se-á logo após a digitação das propostas. Os interessados poderão retirar o Edital no site www.cidadecompras.com.br.

Ibirubá-RS, 28 de dezembro de 2010

MARTIN LUIZ WILKE BECKER
Pregoeiro

Publicado por:
Martin Luiz Wilke Becker
Código Identificador:829C7D03

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

Nº. CONTRATO: 268/2010 **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº.025/2010
CONTRATADA: A. FLACH & CIA LTDA - ME.
OBJETO: Aquisição de pneu e câmara de ar.
VALOR: R\$380,00 **PRAZO:** até 31 de dezembro de 2010

Publicado por:
Greici Fraga Celistre Duarte
Código Identificador:B71D68C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

Nº. CONTRATO: 267/2010 **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº.025/2010
CONTRATADA: GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA.
OBJETO: Aquisição de pneu e câmara de ar.
VALOR: R\$5.620,00 **PRAZO:** até 31 de dezembro de 2010

Publicado por:
Greici Fraga Celistre Duarte
Código Identificador:1134BCD4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO LEI MUNICIPAL Nº 1.983, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ALTERA dispositivos da Lei nº 1.969/2010, que autoriza parcelamento do PASEP, e dá outras providências”.

SERGIO LUIZ MORSOLIN, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o processo nº 4150/2010;

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar os §§ 1º e 2º do art. 1º e o art. 2º, da *Lei Municipal nº 1.969*, de 30 de novembro de 2010, que “autoriza parcelamento do PASEP, e dá outras providências”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - O montante da dívida é de R\$ 134.764,20 (cento e trinta e quatro mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), que será parcelado em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 2.246,07 (dois mil e duzentos e quarenta e seis reais e sete centavos) mensais. Estes valores, face ao prazo de vencimento estão sujeitos a alterações devido a novos recálculos;

§ 2º - A primeira parcela será de R\$ 2.246,07 e as demais com a correção conforme os índices estabelecidos pela Receita Federal”.

Art. 2º. O art. 2º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento vigente”.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

SERGIO LUIZ MORSOLIN
Prefeito Municipal em exercício
Registre-se e Publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI
Secretária de Administração/Planejamento

Publicado por:
Ana Carla Reus Rodrigues
Código Identificador:B25F7805

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1.984, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ALTERA redação da Lei nº 1.981/2010 que autoriza a contratação temporária de Profissionais na área de saúde para atuarem na Secretaria Municipal de Saúde – VERÃO LEGAL/2011.”

SERGIO LUIZ MORSOLIN, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, conforme Processo nº 4489/2010,

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sancionou a seguinte L E I:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar adequando expressão ortográfica no art. 1º da Lei nº 1.981, de 14/12/2010, que autoriza a contratação temporária de profissionais na área da saúde para atuarem na Secretaria Municipal de Saúde – VERÃO LEGAL, onde lê-se:

24h/semanais passa a ser, 24h.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA.

SERGIO LUIZ MORSOLIN
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e publique-se

RITA DE C. DA C. BASEI
Secretária de Administração e Planejamento

Publicado por:
Ana Carla Reus Rodrigues
Código Identificador:2AD89D31

SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1.985, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

“ESTIMA a RECEITA e FIXA a DESPESA do Município para o exercício de 2011”.

SÉRGIO LUIZ MORSOLIN, Prefeito Municipal de Terra de Areia, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, no uso de suas atribuições legais e conforme processo nº 4566/2010;

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Terra de Areia para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.113.000,00 (quatorze milhões e cento e treze mil reais), compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2011 estima a receita em R\$ 13.313.000,00 (treze milhões e trezentos e treze mil reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) e em R\$ 12.689.000,00 (doze milhões e seiscentos e oitenta e nove mil reais) para o Poder Executivo.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$
2.281.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R\$
130.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	R\$
126.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$
2.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$
5.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$
11.857.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$
255.800,00	

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$
10.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$
60.000,00	
TOTAL/RECEITAS/CORRENTES/CAPITAL.....	R\$
14.726.800,00	
RECEITAS REDUTIVAS	R\$
1.413.800,00	

TOTAL GERAL **R\$**
13.313.000,00

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos **anexos integrantes** desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – CÂMARA MUNICIPAL	R\$
624.000,00	
02 – GABINETE DO PREFEITO	R\$
333.000,00	
SECRETARIAS MUNICIPAIS	
03 – DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	
R\$ 755.000,00	
04 – DA FAZENDA	R\$
252.000,00	
05 – DE EDUCAÇÃO	R\$
4.300.000,00	
06 – DE AGRICULTURA	R\$
270.000,00	
07 – DA SAÚDE	R\$
2.615.000,00	
08 – DE OBRAS E TRÂNSITO	R\$
2.149.000,00	
09 – DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO/CIDADANIA..	R\$ 424.000,00
11 – DE CULTURA, TURISMO/DESPORTO E LAZER	R\$ 240.000,00
12 – DO DESENVOLVIMENTO ECON/MEIO AMBIENTE....	R\$ 332.000,00
13 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$
20.000,00	
14 – DE ASSUNTOS JURÍDICOS	R\$
69.000,00	
15 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$
930.000,00	

TOTAL GERAL **R\$**
13.313.000,00

CAPÍTULO III**DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 3º. O Orçamento do Fundo do *Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Terra de Areia – RPPS* para o exercício de 2011 *estima* a Receita e *fixa* a despesa em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas e Contribuições e do Superávit Financeiro estimado para 2011 discriminadas nos **quadros anexos**, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES.....	R\$
303.000,00	
1.1 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$
292.000,00	
1.2 – RECEITA PATRIMONIAL	R\$
10.000,00	
1.3 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	R\$
1.000,00	

2 – RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA **R\$**
497.000,00

2.1 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

TOTAL DE RECEITA RPPS..... **R\$**
800.000,00

§ 2º. A Despesa do RPPS será realizada segundo a apresentação dos **anexos** integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 – PREVIDÊNCIA – RPPS	R\$
780.000,00	
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	R\$
20.000,00	

TOTAL DE DESPESAS RPPS **R\$**
800.000,00

CAPÍTULO IV**DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

Art. 4º. Esta Lei *ESTIMA* a Receita e *FIXA* a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:

§ 1º. A Receita Consolidada do Município será realizada mediante a arrecadação de *Tributos, Rendas, Receitas Correntes* e de *Capital, Contribuições* e *Superávit Financeiro* estimado para 2011, discriminados nos **quadros anexos**, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$
2.281.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R\$
422.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	R\$
136.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$
2.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$
5.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$
11.857.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$
256.800,00	
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$
497.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$
10.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$
60.000,00	
TOTAL/RECEITAS/CORRENTES	
INTRAORÇAMENTÁRIAS/CAPITAL. R\$ 15.526.800,00	
RECEITAS REDUTIVAS	R\$
1.413.800,00	
TOTAL GERAL	R\$
14.113.000,00	

§ 2º. A Despesa Consolidada do Município será realizada segundo a apresentação dos **anexos** integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – CÂMARA MUNICIPAL	R\$
624.000,00	
02 – GABINETE DO PREFEITO	R\$
333.000,00	
<i>SECRETARIAS MUNICIPAIS</i>	
03 – DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	R\$
755.000,00	
04 – DA FAZENDA	R\$ 252.000,00
05 – DE EDUCAÇÃO	R\$
4.300.000,00	
06 – DE AGRICULTURA	R\$
270.000,00	
07 – DA SAÚDE	R\$ 2.615.000,00
08 – DE OBRAS E TRÂNSITO	R\$
2.149.000,00	
09 – DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,	
TRABALHO/CIDADANIA R\$ 424.000,00	
10 – RPPS	R\$ 800.000,00
11 – DE CULTURA, TURISMO/DESPORTO E LAZER	
R\$ 240.000,00	
12 – DO DESENVOLVIMENTO ECON/MEIO AMBIENTE	
R\$ 332.000,00	
13 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$
20.000,00	
14 – DE ASSUNTOS JURÍDICOS	R\$
69.000,00	

15 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$
930.000,00	

TOTAL R\$ 14.113.000,00

Art. 5º. Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a **Lei nº 1.975**, de 09 de dezembro de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o *exercício de 2011*, e com o artigo 45 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 6º. A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgão, a Consolidação dos Quadros Orçamentários e o Demonstrativo por Órgão, estão definidos nos **Anexos**.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, artigo 165, inciso III, parágrafo oitavo, da Constituição Federal, nas seguintes situações:

- I – Para atender despesas relativas a pessoal e encargos sociais, nos termos e limites fixados pela legislação em vigor;
 - II – Para atender quaisquer despesas orçamentárias, até o limite de 30% (Trinta por cento), da despesa geral fixada, usando-se como recurso a anulação parcial ou total de outras dotações;
 - III – Até o limite dos auxílios e/ou convênios recebidos da União, Estados ou outras fontes, usando-se como cobertura o valor recebido dos mesmos.
 - IV – Até o limite de excesso de arrecadação sobre a previsão da receita, para atender qualquer dotação com insuficiência de saldo;
 - V – Até o limite da reserva de contingência, constante dos quadros anexos, para a implantação de ajustes necessários, a efetiva realização da despesa, em qualquer dotação orçamentária;
 - VI – Para atender despesas relativas as transferências de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente;
 - VII – Incorporação de superávit e ou saldo financeiro disponível no exercício anterior, efetivamente apurado em balanço.
- Parágrafo Único – Excluem-se da base de cálculos do limite autorizados no caput deste artigo, os valores correspondentes a amortização e encargos da dívida e as despesas financeiras com operações de crédito contratados e a contratar.

Art. 8º. O limite autorizado no Artigo anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:

- I – Insuficiências de dotações do grupo de Natureza de Despesa 1- Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundo de anulação de despesas consignados ao mesmo grupo;
- II – Pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
- III – Despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º. A utilização das dotações com origem de recursos e convênios ou operações de créditos, fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 11. As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia vinte de cada mês.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito de aplicação em investimentos nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias necessárias a obtenção de autorização do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 13. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para a utilização de dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização de receitas, para garantir as metas e resultados estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 14. VETADO.

Art. 15 . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de dezembro de 2010.

SÉRGIO LUIZ MORSOLIN
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e publique-se

RITA DE CÁSSIA DA COSTA BASEI CRISTIANO MORSOLIN RETORE

Secretária de Administração e Secretário da Fazenda -
Cumulativo
Planejamento

Publicado por:
Ana Carla Reus Rodrigues
Código Identificador: 797B0AA0



A publicação dos atos normativos e administrativos de forma eletrônica é um exemplo de boas práticas ambientais.



FAMURS

Para mais informações, ligue: (51) 3230-3100,
E-mail: suporte@famurs.com.br

O Diário Oficial Eletrônico é economia para o município e lucro para o planeta.

FAMURS

Para mais informações,
ligue: (51) 3230-3100,
E-mail: suporte@famurs.com.br